

## FILOSOFIA DA LINGUAGEM E TERMINOLOGIA ECDÓTICA

Barbara Spaggiari

Na tradição filológica brasileira, a inovação terminológica, introduzida por Emmanuel Pereira Filho, relativamente às chamadas variantes ‘internas’ e ‘externas’, não deixa de estranhar todo especialista formado em outras escolas filológicas, européias ou norte-americanas, pela sua falta aparente de motivação.

Durante a preparação do manual de ecdótica, recém-publicado pela Editora Lucerna,<sup>1</sup> essa peculiaridade terminológica acabou por ressaltar de forma ainda mais gritante, em comparação com as propostas formuladas, para indicar o mesmo fenômeno, pelos filólogos europeus ou norte-americanos, e isso a partir do último quartel do séc.XIX, como se pode apreender pela tábula a seguir:

‘fond’	vs. ‘forme’	(Gaston Paris e escola francesa)
substância	forma	(escola italiana e ibérica)
‘substantive’	‘accident(al)s’	(escola anglo-saxônica)
variante interna	variante externa	(escola brasileira)

De fato, as demais tradições ecdóticas, como aparece pela lista acima fornecida, têm escolhido definições de molde claramente filosófico, nomeadamente aristotélico (*forma*, *substância*, *acidente*). Qual será, então, a origem do par adjetival *interna/externa*, escolhido por Emmanuel Pereira Filho?

Começamos por lembrar os termos da questão, antes de aprofundar o problema terminológico.

Como é sabido, uma das marcas que diversificam a filologia aplicada aos textos vernáculos, com respeito à filologia clássica (grega e latina), reside na existência de uma diferente tipologia de variantes. Nos textos clássicos, de fato, tudo o que toca à (orto)grafia se encontra estabelecido por normas já seculares, bem arraizadas e, em princípio, rigorosamente respeitadas pelos copistas. Noutros termos, uma palavra latina não suporta qualquer alteração for-

---

<sup>1</sup> Cf. Barbara SPAGGIARI-Maurizio PERUGI, *Fundamentos da Crítica Textual*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004.

mal, e pode ser grafada duma só maneira, sob pena de não ser entendida pelo leitor, ou então, de introduzir um erro patente no texto.

Nas línguas clássicas existia, portanto, um sistema não apenas gramatical, mas também (orto)gráfico, que não admitia oscilações, ou mudanças, graças à estandardização suportada, tanto pela língua grega como pela latina, em sua expressão literária, ou culta.

A situação muda radicalmente com o advento das línguas vernáculas, que, em seu secular processo de afastamento da matriz comum latina, atravessam várias etapas evolutivas, chegando só em época assaz recente a uma norma estandardizada, oficial, ‘ne varietur’ (o que, nem sempre, mas freqüentemente, coincide com a afirmação de uma estrutura estadual, ou de qualquer modo centralizada, capaz de impor uma norma lingüística unitária).

A distinção entre ‘crítica das lições’ e ‘crítica das formas’, introduzida por Gaston Paris na sua edição da *Vie de Saint Alexis* (1872),<sup>2</sup> constitui, portanto, uma pedra angular na história da ecdótica moderna. Com isso, o fundador da filologia românica toma em conta o fato de que a mesma palavra pode ser grafada, numa língua neolatina antiga, com diferenças formais, que não incidem sobre a substância, isto é, sobre a identidade e o significado da palavra. Na sua introdução metodológica à *Vie de Saint Alexis*, Gaston Paris retoma várias vezes o mesmo conceito, articulando sempre a oposição entre o que ele chama ‘fond’ (“altérations apportées au fond”, “refonte du fond”, p.10) e o que ele define como ‘forme’ (“altérations apportées à la forme”, “refonte de la forme”, ibid.), até ele chegar à definição da tarefa do editor crítico, como sendo constituída por duas operações distintas, mesmo que complementares: se ao editor cabe, por um lado, “la constitution du texte en ce qui concerne les leçons”, ele deve também, por outro lado, “déterminer les formes du langage et d’écriture qu’il faut adopter” (p.27).

Dentro da ‘varia lectio’ será preciso, então, distinguir entre lições divergentes quanto à ‘substância’, que terão que ser levadas em conta aos fins estemáticos, e lições que apenas divergem quanto à ‘forma’, isto é, do ponto de vista gráfico ou fonético. Sendo definida a oposição entre ‘fond’ e ‘forme’, como acabamos de ver, por Gaston Paris, ficou essa terminologia própria dos filólogos franceses, ou francófonos, que falam, portanto, de ‘variantes de fond’ e de ‘variantes de forme’.

<sup>2</sup> Cf. *La Vie de Saint Alexis. Poème du XIe siècle (...)*, publ. par Gaston PARIS et Léopold PANNIER, Paris, Franck, 1872.

No entanto, em outros países europeus de língua neolatina, preferiu-se a definição de ‘variante substancial’ (ou ‘substantiva’) vs. ‘variante formal’, e isso tanto na edição de obras vernáculas, como na de textos medio-latinos, que apresentam uma fenomenologia de transmissão largamente análoga.

A meados do século passado, quase oitenta anos depois da formulação de Gaston Paris, e ignorando aparentemente a obra do filólogo francês, W.W.Greg (1950-51) formulou por sua vez a distinção “entre as variantes substantivas e os ‘accidentals’ relativos aos fatos de grafia, pontuação, divisão de palavras, emprego das maiúsculas” (*Fundamentos da Crítica Textual*, o.c., p.60). A partir desta data, que se considera como o começo da chamada ‘Bibliography’ anglo-saxônica, na área anglófona e, sobretudo, na filologia elisabetana, a ‘split-authority’ entre os dois tipos de variantes recebeu definições algo divergentes, dando, porém, lugar a uma terminologia bastante unívoca: *substantives* contra *accidents* ou *accidentals*. Em 1975, vinte cinco anos depois de Greg, outro filólogo americano, Fredson Bowers, introduz a distinção deste modo: “*Substantives* are the words of a text as meaningful units. The *accidents* of a text – or its *accidental* – are the spelling, capitalizations, punctuation, word-division, contractions, and emphases in which these substantives are clothed”.

A terminologia anglo-saxônica foi retomada, recentemente, pelos filólogos portugueses (Rodrigues 1982, Castro 1990),<sup>3</sup> enquanto no Brasil, por meados do século passado, e, aí também, independentemente dos predecessores franceses, ingleses ou norte-americanos, a distinção entre ‘substância’ e ‘forma’ foi redescoberta por Emmanuel Pereira Filho.

### **‘Variantes internas’ e ‘variantes externas’ em Emmanuel Pereira Filho (1924-1968)**

Na sua tese de docência livre,<sup>4</sup> que não chegou a defender pelo seu prematuro falecimento, Emmanuel Pereira Filho edita o poema camoniano *Tão suave, tão fresca & tão fermosa* (RH, f.45), demonstrando, além do mais, que se trata de uma Canção, e não de uma Ode, como pretendem a tradição manuscrita e a impressa.

<sup>3</sup> Cf. Graça Almeida RODRIGUES, “Edições críticas, textologia, normas para a transcrição de textos do século XVI”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 17 (1982), p.637-660; Ivo CASTRO, *Editar Pessoa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

<sup>4</sup> Cf. Emmanuel PEREIRA FILHO, *Uma Forma Provençalesca na Lírica de Camões*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1974.

Antes, porém, de começar a edição crítica propriamente dita, Emmanuel Pereira Filho enfrenta o problema metodológico das variantes, introduzindo uma nova terminologia:

Para sistematizar a análise que devemos fazer (...) e mesmo para maior comodidade na explanação dos problemas, vamos desde logo classificar todas estas variantes em dois grupos genéricos, segundo um critério que não tem pretensões maiores que a sua finalidade estritamente prática.

Para isso, partimos da conhecida dicotomia saussureana entre *significante* e *significado*. Chamamos então *variantes externas* àquelas que não ultrapassam de muito o âmbito da estrutura significante, atingindo no máximo certos aspectos conotativos do signo, falado ou escrito ; e reservamos a designação de *variantes internas* para aquelas em que haja, ou em que pelo menos seja lícito presumir, qualquer divergência de significado. (...) Cada variante, seja ela do tipo que for, no momento em que tivermos de considerar o seu valor ecdótico, terá de ser sempre apreciada em si e independentemente de quaisquer classificações. Além do que, o que se revela na prática corrente é que as variantes que chamamos *externas* são, na maioria dos casos, de importância secundária para a formulação de conclusões estemáticas, o que fica reservado quase sempre às que chamamos *internas*, evidenciando-se, portanto, como de grande comodidade o separá-las para efeito de estudo. Por outro lado, no entanto, o certo é que a sua visão de conjunto (...) quase sempre proporciona uma série de conclusões que consolidam ou pelo menos aclaram as hipóteses que as *internas* levam a formular. E só isso seria o bastante para justificar a utilidade da classificação (*Uma Forma Provençalesca*, o.c., p.35-36).

É muito significativo o fato de que só à altura de 1968, ano de seu falecimento, Emmanuel Pereira Filho chega a essa sistematização teórica e propõe a correspondente definição terminológica. Antes, ele emprega termos diferentes, por vezes algo aproximativos (p.ex., “características individualizadoras”). Em 1961, fala de ‘variantes relevantes’ (“Só aludimos àquelas cujo teor reflete a vontade deliberada de mudar. De divergências ortográficas, erros de leitura, saltos etc., não cogitamos, porque quase sempre se devem à ação exclusiva de copistas ou tipógrafos”).<sup>5</sup> Uma vez apenas, aparece a definição de ‘variantes substanciais’ num artigo de 1963, consagrado à *Ode ao Conde do Redondo* (“A Ode está agora marcada por mais de 30 variantes substanciais...”).<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Cf. Emmanuel PEREIRA FILHO, *Estudos de Crítica Textual*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1972, que reúne os dispersos de 1954 a 1967: a citação na nota 36, p.215.

<sup>6</sup> Veja-se “No quarto centenário da primeira publicação de Camões”, in *Estudos*, o.c., p.32-36 (a p.34).

É ainda mais significativa a referência à dicotomia saussuriana entre ‘significante’ e ‘significado’, para explicar a diferença entre os dois tipos de variantes, isto é, o recurso à dimensão lingüística junto com a aceitação dos fundamentos teóricos do estruturalismo como premissa da prática ecdótica. Nisso Emmanuel Pereira Filho distingue-se dos predecessores europeus e norte-americanos, entre os quais ninguém operou com igual clareza com base na dicotomia do signo lingüístico. De fato, a teoria saussuriana do signo lingüístico, historicamente posterior à formulação de Gaston Paris, mas largamente disponível para os representantes da Nova Filologia italiana, bem como para os da ‘Bibliography’ anglo-saxónica, era a única capaz de racionalizar, em termos científicos, a engenhosa intuição de Gaston Paris. Ora bem, só Emmanuel Pereira Filho chegou a impostar a questão das variantes substantivas e formais apoiando-se nas teorias lingüísticas próprias do chamado estruturalismo.

Nem saussuriana, nem estruturalista, é, porém, a terminologia por ele empregada no momento em que apronta a sua tese de docência livre, em 1968: o par adjetival *interna/externa*, não apenas é totalmente inédito na terminologia ecdótica, para definir a distinção entre as variantes dos textos vernáculos, mas é também desconhecido às teorias lingüísticas de Saussure e de seus discípulos.

Merece, talvez, abrir um parêntese sobre o emprego do par adjetival ‘externo’ e ‘interno’ dentro do manual preparatório aos estudos históricos, publicado no final do séc. XIX por Ch.V. Langlois.<sup>7</sup>

Sendo a filologia (*Sprachkunde*) por ele colocada dentro das ciências auxiliares, conforme este manual, a metodologia histórica propriamente dita é constituída por duas séries de operações, respectivamente analíticas e sintéticas. A análise articula-se em ‘crítica externa’<sup>8</sup> e ‘crítica interna’,<sup>9</sup> constituindo a premissa das

<sup>7</sup> Cf. Ch.V. LANGLOIS et de Ch. SEIGNOBOS, *Introduction aux études historiques*, Paris, Hachette, 1898.

<sup>8</sup> A *critique externe*, ou *critique d’érudition*, abrange, na verdade, várias etapas e, diríamos hoje, várias metodologias, a saber : 1. a *critique de restitution*, ou *critique des textes*, que é, nada mais nada menos, o estabelecimento do texto segundo critérios científicos, isto é, a edição crítica do documento a analisar ; 2. a *critique de provenance*, ou *critique des sources*, que prevê a investigação sobre o lugar de proveniência do documento, a sua datação e a identificação do nome do autor, bem como a recolha e a classificação das fontes que nos transmitiram o documento.

<sup>9</sup> Quanto à *critique interne*, que é logicamente e cronologicamente posterior à precedente, essa prevê, por seu lado, a *critique d’interprétation*, ou *herméneutique*, e outras categorias, algo ultrapassadas, como a “ critique interne négative de sincérité et d’exactitude ”.

operações ‘superiores’, chamadas sintéticas, a que o especialista de história pode, enfim, passar para a elaboração dos dados, que aquele documento, antes analisado, lhe fornece.

Como se pode facilmente comprovar por este breve resumo, o emprego de ‘externo’ e ‘interno’ nesse campo da metodologia histórica nada há que ver com as variantes dos textos vulgares, nem com a ecdótica em geral.

Ora bem, temos finalmente encontrado a origem desta peculiar terminologia empregada por Emmanuel Pereira Filho e, na sua esteira, pelos filólogos brasileiros. Aqui também o molde revela-se, em fim das contas, filosófico; mas, em lugar das doutrinas aristotélicas, que estão no pano de fundo dos tecnicismos franceses ou anglo-saxônicos, no caso de Pereira Filho o ‘background’ é, antes, constituído pela filosofia da linguagem e o referente próximo é, sem qualquer dúvida, o grande linguista alemão Wilhelm von Humboldt.

### **A teoria lingüística de Wilhelm von Humboldt (1767-1899)**

Em seus escritos lingüísticos, Humboldt atribui ao som uma função organizativa primária, porque é, principalmente, graças ao som, que a língua se torna “o órgão construtivo do pensamento” [G.S. VII:53]. Segundo a opinião de Humboldt, de fato, a língua é composta de duas entidades distintas, a saber, o som (*Laut*) e o pensamento (*Denken*), que correspondem, respectivamente, às duas categorias de ‘forma externa’ e ‘forma interna’ da língua: a ‘forma lingüística’ (*Sprachform*) resulta, precisamente, da síntese da ‘forma externa’ com a ‘forma interna’<sup>10</sup>.

A ‘forma externa’ (*äussere Form*), ou ‘forma fônica’ (*Lautform*), coincide com a articulação fônica, que se realiza de maneira diferente nas diferentes línguas. A ‘forma interna’ (*innere Form*) não é, por sua vez, senão a organização gramatical e semântica, que também se realiza de maneira diferente de uma língua para outra.

A matéria fônica vem a ser, portanto, organizada (“gestaltet”), ou modelada (“geformt”), através da língua, tornando-se assim a ‘forma externa’; mas,

<sup>10</sup> Como se pode ver, Humboldt confere, deste modo, à língua uma função intermediária entre o espiritual e o sensível, numa espécie de equilíbrio, em que a língua nem coincide com um, nem com outro, precisamente porque ela brota da síntese dialógica (e não dialética, no sentido hegeliano do termo) dum com outro. Não se trata, contudo, de uma separação ontológica, mas sim de uma distinção meramente conceitual.

ao mesmo tempo, ela constitui também a matéria da língua, porque o som é “der wirkliche Stoff der Sprache”.

É, propriamente, neste aspecto que Humboldt determina o caráter peculiar da síntese lingüística. O ato de síntese humboldtiano é, portanto, um procedimento analítico, baseado na possibilidade de distinguir entre o sensível e o espiritual: neste procedimento, o som desempenha o papel mais importante, sendo até a própria condição do ato.

Será, talvez, preciso melhor explicarmos esta passagem fundamental da teoria humboldtiana. No ato da síntese, o som, enquanto elemento sensível, resulta especialmente adequado à atividade criativa da língua. A este propósito, fazendo referência ao som, Humboldt fala explicitamente da sua “conformidade com o pensamento”. Com isso, ele entende não apenas a “cortante incisividade do som lingüístico”, mediante a qual, a partir da pluralidade das impressões, é possível extrair as porções de pensamento (“Portionen”). Humboldt tem em mente, também, o efeito icônico que, além do resultado final do pensamento, o som vai exercer sobre o próprio ato de pensar, dando-lhe, deste jeito, a garantia duma continuidade indispensável. Isto é, construir o pensamento, significa articular o pensamento através do som.

A distinção entre ‘forma interna’ e ‘forma externa’ da língua, bem como a sua complementaridade (ou melhor, síntese, conforme a terminologia humboldtiana), constituem sem dúvida uma das inovações maiores no pensamento filosófico e lingüístico do século XIX.

Num ensaio primoroso, recém-publicado, uma discípula de Tullio de Mauro, Donatella Di Cesare, enfoca a questão da síntese entre ‘forma interna’ e ‘forma externa’ da língua, aprofundando quer a doutrina original de Humboldt, quer a revisão que dela fez Steinthal, assim influenciando sobre a recepção do pensamento humboldtiano.<sup>11</sup>

## **Humboldt através da interpretação de Heymann Steinthal (1823-1899)**

Segundo as conclusões de Donatella Di Cesare, cujo ensaio mereceria ser conhecido na sua integralidade, Heymann Steinthal, enquanto discípulo e editor de Humboldt, deu-se a árdua missão de interpretar os escritos humboldtianos, notoriamente obscuros e herméticos, lendo, comentando e in-

---

<sup>11</sup> Cf. Donatella Di Cesare, “‘Innere Form der Sprache’: Humboldts Grenzbegriff Steinthals Begriffsgrenze”, in *Historiographia Linguistica*, 1996, p.321-346.

terrogando os textos dele, durante cerca de quatorze anos. A atividade hermenêutica de Steinthal começa, de fato, com a dissertação em latim *De pronomine relativo* (1847), até acabar com a monumental edição dos escritos humboldtianos sobre a filosofia da linguagem (Wilhelm von Humboldt, *Sprachphilosophische Werke*, 1884).

É através desta incansável atividade de interpretação, que a teoria lingüística de Humboldt conseguiu sobreviver, apesar da revisão crítica do séc.XIX, dominado pelas correntes da lingüística histórica e comparatista. De fato, a Steinthal cabe o mérito de ter divulgado as doutrinas humboldtianas, num meio cultural alheio, senão propriamente hostil, desenvolvendo ao mesmo tempo a própria peculiar visão da língua que, afinal, não coincide com a de Humboldt. Não admira, portanto, que essas divergências do discípulo ao encontro do mestre, possam ter causado algum desvio na divulgação do verdadeiro pensamento de Humboldt, nomeadamente no que diz respeito à filosofia da linguagem.

Mais detidamente, Steinthal censura a incapacidade, em Humboldt, de conciliar a invenção especulativa (“Erfindung”) com a descoberta empírica (“Entdeckung”). A síntese dialética de Hegel constitui, aos olhos de Steinthal, a síntese por antonomásia; por conseguinte, a unidade entre filosofia e ciência deságua numa doutrina científica que, através de procedimentos dialéticos, obtém os seus objetos a partir do empirismo. Steinthal pretende, por isso, explicar as teorias lingüísticas de Humboldt, baseando-se nestes processos de deduções empíricas e operações dialéticas<sup>12</sup>.

A partir destas bases teóricas, Steinthal distingue, na língua, entre ‘Physiologie’ e ‘Psychologie’, com isso aludindo, respetivamente, à esfera do som e à do significado. À diferença de Humboldt, porém, Steinthal privilegia o segundo, isto é, o significado, como elemento fundamental da língua. A atividade ‘interna’ do Espírito, que ele identifica diretamente com a atividade lingüística, resulta de maior importância com respeito aos ‘instrumentos de expressão’ orgânicos e fônicos, isto é, à atividade ‘externa’.

Enquanto, na teoria humboldtiana, a língua é órgão do Espírito, ou seja, o meio dele se exprimir, numa efetiva identidade de língua e Espírito, na interpretação de Steinthal existe na língua um dualismo entre forma ‘externa’ e ‘interna’, entre o espiritual e o sensível. Devido a esse dualismo, as duas entidades, em Steinthal, aparecem como ontologicamente separadas, e, nesta separação, o que predomina é o espiritual, a forma interna.

<sup>12</sup> Trata-se, na realidade, de um tipo de psicologismo dialético, em que muito se percebe a influência da psicologia de Herbart, matizada, porém, mediante o conceito hegeliano de superindividual (“Überindividuelles”).

Invertendo, deste jeito, a relação entre as duas entidades, tal como era concebida por Humboldt, Steinthal afirma a primazia da forma interna, enquanto princípio que modela a língua. Isto acaba por significar que o som é algo de exterior (“ein Äusseres”), mesmo que derive do interior (“aus dem Innern stammt”), assim representando apenas o sinal (“Zeichen”) dum conteúdo já preexistente na consciência (“Gedanken-Element”).

Colocando, desta maneira, em bases meramente psicológicas, quer a filosofia da linguagem, quer a pesquisa lingüística empírica, o afastamento de Steinthal com respeito às teorias de Humboldt torna-se numa distância irrecuperável.

O núcleo desta distância, que separa irremediavelmente Steinthal de Humboldt, é o próprio conceito de ‘forma lingüística interna’. O objeto específico da lingüística, na opinião de Steinthal, é a forma interna concebida como causa lingüisticamente independente da própria língua, à medida que o som se reduz apenas a um puro sinal exterior. Em lugar de, como escreve Humboldt, brotar de um ato de síntese do sensível com o espiritual, da esfera interna com a externa, na doutrina de Steinthal a língua dissolve-se no Espírito, ficando o som lingüístico apenas como instrumento externo.

A língua, ou melhor, as diferentes línguas, deixam de ser um ‘órgão criativo’ no sentido humboldtiano, para se reduzir a simples meio da ‘forma interna’, que tende para a expressão.

Esse exame pormenorizado das diferenças teóricas entre o mestre e o discípulo pertence, porém, aos estudos mais recentes e aprofundados no âmbito da filosofia da linguagem. Na primeira metade do século passado, a situação era bem diferente. Divulgada e, de certo modo, simplificada pela obra editorial de Steinthal, a teoria humboldtiana lançou raízes e se consolidou não apenas no estruturalismo europeu, como premissa e corolário da arbitrariedade do signo saussuriano,<sup>13</sup> mas também, entre 1920 e 1940, na escola americana e, nomeadamente, na antropologia lingüística de Edward Sapir (1884-1939) e Benjamin Whorf (1897-1941).

A chamada ‘hipótese Sapir-Wolf’ e, com ela, o relativismo lingüístico, baseiam-se, como é sabido, na observação empírica de que a língua não reflete

---

<sup>13</sup> “Philosophes et linguistes se sont toujours accordés à reconnaître que, sans le secours des signes, nous serions incapables de distinguer deux idées d’une façon claire et constante. Prise en elle-même, la pensée est comme une nébulose où rien n’est nécessairement délimité. Il n’y a pas d’idées préétablies, et rien n’est distinct avant l’apparition de la langue” (cf. Ferdinand de Saussure, *Cours de Linguistique Générale*, publié par Charles Bally et Albert Sechehaye. Éd. critique par Tullio De Mauro, Payot, Paris, 1972, p. 155).

mecanicamente uma realidade preexistente, nem descreve essa realidade de forma objetiva ; bem pelo contrário, cada língua, de maneira diferente das outras, analisa e reinventa a realidade, segmentando e canalizando os dados do fluxo sensorial dentro de categorias que lhe são próprias.

O princípio da relatividade linguística, assim elaborado pela escola americana, acaba então por retomar o conceito humboldtiano da função criativa da língua, enquanto ‘visão do mundo’ (*Weltansicht*),<sup>14</sup> em que a forma *externa* determina e condiciona a forma *interna*.

### **O papel intermediário de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970)**

Durante a sua formação no estrangeiro, e nomeadamente nos Estados Unidos (1943-44), Mattoso Câmara apreendeu tudo o que pôde apreender sobre a moderna lingüística, não apenas freqüentando cursos nas Universidades de Colúmbia e Yale, mas desenvolvendo também um rígido plano de estudo, e um pormenorizado programa de leituras.

Esta bagagem de noções e conhecimentos, tão sólida e rigorosa, permitiu-lhe, regressando ao Brasil, dar início ao ensino regular da Lingüística em nível universitário. Da sua pioneira atividade de ensino, mesmo que não obtivesse o reconhecimento oficial do meio acadêmico, puderam aproveitar, a partir de 1948, várias gerações de discípulos, que nele reconheceram uma das figuras marcantes da sua época. Nas palavras de um deles, lembra-se a capacidade, que Mattoso Câmara tinha, de “motivar suas aulas, mesmo as de assuntos mais áridos”, bem como a sua fluência de expressão e, sobretudo, a clareza com que conseguia transmitir até os conceitos mais sutis.<sup>15</sup> Desta última qualidade, temos uma prova indiscutível nas poucas, mas importantíssimas, páginas que ele escreveu sobre a teoria lingüística de Wilhelm von Humboldt.

Com efeito, um dos principais centros de interesse, que se destaca na riquíssima atividade de Mattoso Câmara, é a sua preocupação assídua pela teoria lingüística. Não admira, portanto, que ele tenha enfrentado um aspecto tão fundamental, como o da definição da linguagem humana, “na sua essência imanente”, ou melhor, a questão da própria “origem da linguagem”. O assunto é por ele focado num breve ensaio, *A linguagem da ciência, a ciência da*

---

<sup>14</sup> Não confundi-la com *Weltanschauung*.

<sup>15</sup> Cf. Joaquim Mattoso Câmara Jr, *Dispensos*. Nova edição revista e ampliada. Organizado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004, p.19.

*linguagem*, que foi apresentado como Aula Inaugural na Universidade Católica de Petrópolis, a 6 de março de 1965. Mattoso Câmara tinha, naquela altura, mais de 60 anos, e uma longa vida de estudos e reflexões por trás dele.

Mattoso começa por notar que não é possível “conceber o homem sem linguagem” (‘homo sapiens’ – diz ele – pressupõe ‘homo loquens’). Igualmente impossível é “pensar sem linguagem”, na opinião concorde de todos aqueles que se têm preocupado com o problema da conexão entre a linguagem e o pensamento. As experiências dos psicólogos e psicolingüistas têm demonstrado que a aprendizagem da língua materna é o primeiro instrumento cognitivo do homem, e, nas palavras de Leo Weisgerber, o próprio ponto de partida para “a construção da nossa cultura” (cf. *Dispersos*, o.c., p.76).

Essa formulação de Weisgerber inspira-se, claramente, nas idéias de Humboldt, que se contrapunham às correntes lingüísticas predominantes do séc.XIX. Com efeito, foi a lingüística histórica e comparativa, inaugurada por Franz Bopp, que acabou por prevalecer, numa época em que se buscavam as raízes comuns da cultura europeia, bem como uma origem única para o sistema das falas (com respeito às relações genealógicas da grande família indo-europeia).

Não será inútil lembrarmos que o impulso a ocupar-se da linguagem veio, para Humboldt, no momento em que ele descobriu a existência do basco, isto é, duma língua pré-indo-europeia irreduzível aos modelos gramaticais normalmente utilizados. Este encontro casual com o basco abriu-lhe um universo lingüístico totalmente desconhecido, o universo das línguas não-europeias, ou extra-europeias, às quais Humboldt dedicou o resto da sua vida, chegando a estudar dezenas de idiomas ameríndios, oceânicos e asiáticos (e, em medida menor, africanos). Daí, a primeira intuição humboldtiana sobre a ‘diversidade’ (*Verschiedenheit*) das línguas: uma diversidade tipológica, que enriquece o homem, precisamente porque cada língua organiza o mundo, e o pensamento, duma maneira específica e particular, sendo cada uma capaz de exprimir-se com meios diferentes, conforme a sua própria ‘visão do mundo’, como acima já acenamos.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Ainda recentemente, foi descrita mais uma língua até hoje desconhecida, a duma tribo amazônica, os Piraha, que não possuem palavras para exprimir números, quantidades ou côres. Essa variedade lingüística emprega apenas sete consoantes e três vogais, não conhece forma alguma de escritura, nem qualquer sistema de signos. Os antropólogos americanos da Columbia University, que descobriram a sua existência, tentaram, sem sucesso, ensinar a contar aos adultos dessa tribo, mas eles são incapazes de distinguir os números, depois de meses de tentativas (cf. Holden, “ How Language Shapes Math ”, in *Science*, 2004: 1, 19 August 2004). Na ‘visão do mundo’ dos Piraha, cuja memória coletiva não ultrapassa as duas gerações, não se precisa, evidentemente, contar, nem catalogar as cores, ou avaliar as quantidades das cousas.

A segunda intuição concerne ao conceito de ‘estrutura’ da língua (*Bau*, em alemão; mas, também, ‘structure’ e ‘charpente’ nos escritos em francês). Abandonando a simples comparação lexical, Humboldt privilegia o estudo comparado (*Vergleichung*) da(s) estrutura(s) da(s) língua(s) a partir da morfologia e da sintaxe, pois é a sintaxe que determina a colocação e disposição do sentido próprio de cada língua [G.S. IV, 28-29]. Este princípio de estruturalismo comparativo abrange, na prática humboldtiana, quer a dimensão diacrônica, quer a sincrônica. A possibilidade de classificar as línguas do ponto de vista tipológico, isto é, com base nos processos de coordenação (aglutinação, flexão, incorporação, isolamento), deriva precisamente da comparação das ‘estruturas orgânicas’ das línguas.

Associada ao conceito de estrutura, aparece pela primeira vez a afirmação de que não pode existir nada isolado numa língua, pois cada um dos elementos que a constituem é apenas a parte de um todo [G.S. IV 14-15]. Igualmente muito próxima das futuras teorias do estruturalismo, que Humboldt antecipa e justifica no plano filosófico, é a primazia acordada à ‘articulação’ da linguagem, que consente uma segmentação fácil e certa do contínuo da fala, pressupondo, ao mesmo tempo, a existência de elementos simples e não ulteriormente divisíveis [G.S. IV 17-18]. Finalmente, Humboldt chega até a afirmar que a língua é, simultaneamente, ‘imagem’ e ‘signo’ (*Abbild und Zeichen*) [G.S. IV 29].

Desta complexa e não unívoca teoria humboldtiana, na ocasião da Aula Inaugural de que falamos, Mattoso Câmara destaca apenas um aspecto, o que ele considera como o mais representativo do contributo do humanista alemão à questão da língua:

“Ao comparatismo, ou gramática comparativa, (...) a que por muito tempo se restringiu a Lingüística, opunha Humboldt o conceito de “forma interna” das línguas, por meio do qual se ordena e estrutura o conhecimento e o pensamento do homem, de uma sociedade para outra. (...) Em que consiste, porém, essa “**forma interna**”, que Humboldt contrapõe à forma sensorialmente percebida, à mera “**forma externa**” dos sons vocais e suas concatenações? É, nada mais, nada menos, que todo o mundo ideativo ali imanente” (*Dispersos*, o.c., p.77).

Como claramente se pode perceber, com respeito ao que antes foi dito sobre as idéias de Humboldt e a interpretação de Steinthal, o resumo que Mattoso Câmara aqui oferece, relativamente à definição de “forma interna” e “forma externa”, sofre, por um lado, de simplificação excessiva, enquanto, por outro

lado, disponibiliza uma identificação imediata com a definição de signo lingüístico em Ferdinand de Saussure. De fato, Mattoso Câmara introduz, logo a seguir, o nome do lingüista suíço:

“Daí, uma integração entre o som e o sentido, tão completa e essencial, que na língua – como estabeleceu outro grande teorista, **Ferdinand de Saussure** – o som vocal é sempre ‘**o significante**’ e a idéia sempre ‘**o significado**’” (ibid.).

A co-presença, dentro de poucas linhas, do par humboldtiano ‘forma interna’ / ‘forma externa’, logo antes do par saussuriano ‘significante’ / ‘significado’, constitui um estímulo, não apenas visivo, mas também conceitual, que procurou, como vimos, consequências inesperadas noutro teórico, brasileiro, de crítica textual: Emmanuel Pereira Filho.

Diante desses dados, parece não apenas provável, mas provado, que a escolha feita por Emmanuel Pereira Filho da terminologia de *variante interna* e *variante externa*, por volta de 1968, resulta, em linha direta, da teoria lingüística humboldtiana, isto é, da definição, acima relatada, de *forma interna* e *forma externa*, enquanto elementos inscindíveis do signo lingüístico.

Essa breve reflexão acaba por nos confirmar dois aspectos fundamentais da cultura brasileira do séc.XX. Primeiro, o papel primordial desempenhado por Mattoso Câmara Jr. na (alta) divulgação das teorias lingüísticas modernas, e, nomeadamente, das de Wilhelm von Humboldt, nos anos 1965-67, a partir da resenha sobre a edição dos *Schriften zur Sprachphilosophie*,<sup>17</sup> até à comunicação *Wilhelm von Humboldt e Edward Sapir*, apresentada num congresso internacional em Bucurest. A reflexão sobre as idéias de Humboldt, apesar de ser, em Mattoso Câmara, bastante tardia, encontra, como vimos, seu lugar nas discussões contemporâneas sobre o ‘relativismo lingüístico’ de Sapir e Whorf.

O segundo aspecto, que ressalta da nossa pesquisa, é a incontornável vertente lingüística que, desde as origens, sempre caracterizou a filologia brasileira, constituindo assim um marco no panorama internacional da crítica textual. De fato, nos fins do séc.XX, a ecdótica européia, se, por um lado, empreendeu a revisão do chamado método lachmanniano, por outro, acabou por progressivamente se afastar da lingüística e de seus métodos. No Brasil, pelo contrário, as discussões teóricas elaboradas em torno do eixo Bédier-Lachmann quase não encontraram eco, enquanto a ecdótica propriamente dita “nunca

<sup>17</sup> *Linguistics*, 33, 1967, p.101-103.

interrompeu as suas ligações com uma robusta tradição lingüística, o que foi sobretudo possível em virtude da relação, desde logo estabelecida, entre a identidade lingüística do país, e o conflito de mais a mais evidente com a norma lingüística portuguesa. No tocante à crítica textual, esta tensão teve, aliás, conseqüências sumamente benéficas” (*Fundamentos da Crítica Textual*, o.c., p.55).

## Referências bibliográficas

- Donatella DI CESARE, “‘Innere Form der Sprache’: Humboldts Grenzbegriff Steinthals Begriffsgrenze”, in *Historiographia Linguistica*, 1996, pp.321-346.
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Die sprachphilosophischen Werke Wilhelm's von Humboldt*, hsg. und erklärt von Dr. Heymann STEINTHAL, Berlin, Ferdinand Dummler, 1884.
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Gesammelte Schriften*, hsg. von Albert Leitzmann für die Preussische Akademie der Wissenschaftlichen, Berlin, Behr, 1903-1936 [G.S.].
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Schriften zur Sprachphilosophie*, Stuttgart, J.G.Cotta, 1963: cf. resenha de J.Mattoso Câmara Jr., in *Linguistics. An International Review*, Mouton, The Hague/Paris, 33 (1967), p. 101-103.
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Schriften zur Sprache*, hrsg. von Michael Böhler, Stuttgart, P.Reclam, 1980.
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Werke in fünf Bänden*, hrsg. von Andreas Flitner uns Klaus Giel, J.G.Cotta, Stuttgart, 1960-1981.
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Sur le caractère national des langues et autres écrits sur le langage*. Présenté, traduit et commenté par Denis Thouard, Paris, Seuil, 2000.
- Joaquim MATTOSO CÂMARA JR, “A linguagem da ciência, a ciência da linguagem” [1965], in *Dispersos*, p.75-83.
- Joaquim MATTOSO CÂMARA JR, “Wilhelm von Humboldt e Edward Sapir” [1967], in *Dispersos*, p.206-211.
- Joaquim MATTOSO CÂMARA JR, *Dispersos*. Nova edição revista e ampliada. Organizado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004 (Série Dispersos).
- Emmanuel PEREIRA FILHO, *Estudos de Crítica Textual*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1972.

- Emmanuel PEREIRA FILHO, *Uma Forma Provençalesca na Lírica de Camões*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1974.
- Edward SAPIR, *Language, an Introduction to the Study of Speech*, New York, Harcourt Brace and Co., 1921. Tradução brasileira de Mattoso Câmara. INL, Rio de Janeiro, 1954.
- Ferdinand de SAUSSURE, *Cours de Linguistique Générale*, publié par Charles Bally et Albert Sechehaye [1922]. Éd. critique par Tullio De Mauro, Payot, Paris, 1972.
- Barbara SPAGGIARI-Maurizio PERUGI, *Fundamentos da Crítica Textual*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004.
- Johann Leo WEISBERGER, *Die Muttersprache im Aufbau unserer Kultur*, 2. erweit. Aufl., Düsseldorf, Pädagogischer Verl. Schwann, 1957.
- Benjamin Lee WHORF, *Language, Thought, and Reality*. Ed. John B. Carroll, Cambridge Mass., Press of MIT, 1956.